

## OS ESTUDOS SOBRE AS MULHERES A difícil interdisciplinaridade

*Maria Beatriz Nizza da Silva*  
Universidade Aberta

Resumo Este artigo opera uma distinção conceptual entre interdisciplinaridade e multidisciplinaridade e defende que, no que se refere aos estudos sobre as mulheres, é nos anos 90 que se tornou mais comum o trabalho dentro de cada área de investigação específica do que fazer atenção a um esforço de interdisciplinaridade que se favoreceu mais nos anos 70. Torna-se necessário, actualmente, reunir esforços para congregar investigações paralelas no âmbito das ciências sociais e humanas.

Nos anos 70 a interdisciplinaridade surgiu como uma espécie de panaceia destinada a curar os males provenientes do crescimento das diversas áreas científicas então existentes. Começou-se por criar disciplinas mistas: demografia histórica ou antropologia histórica, por exemplo, nas quais se procurava acentuar que essas áreas não desdenhavam incorporar uma dimensão diacrónica às suas investigações. Ou então sociolinguística ou psicolinguística, resultado da junção de duas metodologias distintas.

Depois, nos anos 80, foi-se mais longe criando-se domínios complexos e indefinidos como por exemplo nos Estados Unidos, os *Cultural Studies* ou os *Women Studies*. A ideia subjacente a estas novas denominações era a de que não se tratava mais de justapor metodologias científicas, mas sim de criar uma problemática que resultava necessariamente de uma conjugação de esforços nas várias áreas das ciências sociais e humanas.

É sobre essa interdisciplinaridade, que se julga necessária aos estudos sobre as mulheres, que eu gostaria de pensar um pouco. O primeiro ponto que pretendo acentuar é a diferença entre as mulheres/produtoras de conhecimento científico e mulheres/objecto de conhecimento científico. Enquanto no primeiro caso temos de nos situar no campo da epistemologia, no segundo entramos para o da classificação das ciências sociais e humanas.

Há muito tempo já que, principalmente nas humanidades, se abandonou o princípio da neutralidade e da objectividade da ciência e portanto aquelas feministas que ainda acham prioritário combater esta concepção estão lutando quixotescamente contra moinhos de vento. A subjectividade foi admitida no plano científico, do mesmo modo que a historicidade do conhecimento. Para essa mudança de atitude muito contribuíram, na história das ciências, os paradigmas kuhnianos. Claro que continua a estabelecer-se uma diferença entre conhecimento comum e conhecimento científico e é esta dualidade que muitas feministas não aceitam ao procurarem conciliar os objectivos científicos com os imperativos da militância política assentes no conhecimento comum.

Mulheres e homens são igualmente treinados no mundo acadêmico para a actuação numa área científica determinada. A maneira como um antropólogo ou uma antropóloga conduzem a sua pesquisa é praticamente idêntica, não sendo portanto enquanto produtoras de conhecimento que as mulheres podem se distinguir dos homens, mas sim quanto ao recorte operado no seu domínio, recorte esse que decorre de preferências puramente individuais ou então resulta de uma escolha determinada por uma perspectiva sexista.

Vejamos este ponto um pouco mais de perto. Vou dar como exemplo o meu domínio de conhecimento, a história, para mostrar que a constituição de um objecto de estudo depende de muitas variáveis: os meus gostos pessoais (preferência por história social e não por história económica; preferência pelo séc. XVIII e não pelo XIX ou XX, etc.); a originalidade ou a inovação do objecto no contexto daquele domínio, ou seja, e isso eu digo muitas vezes aos meus doutorandos, criar um objecto para o qual ainda não haja bibliografia; a rentabilidade da pesquisa, ou seja, é necessário que para constituir aquele objecto exista o suporte documental necessário.

Por outras palavras, como académica e como historiadora, pouco me afecta que as organizações feministas pressionem para que eu escolha como objecto de estudo as mulheres durante o Estado Novo, quando eu prefiro trabalhar a reclusão feminina no séc. XVIII; ou que eu me interesse pelo estudo das práticas abortivas quando para a sociedade setecentista eu não possuo base documental para o fazer; que eu trabalhe as mulheres no espaço político ou produtivo quando eu prefiro fazê-lo no espaço familiar.

É por estas razões que eu não posso concordar com uma socióloga do Québec, Francine Descarries, num artigo intitulado "A contribuição das mulheres à produção de palavras e saberes", quando ela escreve: "em ruptura não apenas com os modelos hierárquicos de funcionamento, mas também com alguns dos mais sacrossantos pressupostos da pesquisa dita científica, os estudos feministas deverão continuar a explorar as diversas abordagens passíveis de reduzir as tensões entre teoria e prática e favorecer a vinculação de suas preocupações de pesquisa com os pedidos e as necessidades mais urgentes das mulheres" (*Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, número especial, 1994, p. 63).

Aquilo que a socióloga aqui refere como *estudos feministas* equivale no nosso meio académico aos *estudos sobre as mulheres* e ela está pensando nas relações nem sempre fáceis entre aquilo que as cientistas fazem enquanto universitárias e aquilo que as mulheres fora da universidade, agrupadas ou não em ONG, exigem que elas façam. Claro que todos nós sabemos que as universidades, sejam elas no Québec ou em Portugal, resistem à introdução nos seus currículos de um corpo estranho rotulado estudos sobre as mulheres. Mas esta resistência resulta talvez da exigência de interdisciplinaridade nestes estudos.

E neste aspecto Francine Descarries viu bem a questão ao escrever: "sem deixar de estar convencida de que os estudos feministas têm que conservar suas ambições de multidisciplinaridade e interdisciplinaridade, penso que eles têm também que procurar interpelar mais directamente os diversos universos disciplinares". Ou seja, é preciso trabalhar no interior de cada área científica antes de

pretender impor ao mundo académico tradicional o conglomerado estudos sobre as mulheres. Essa atitude nos levaria mais facilmente a aceitar a multidisciplinaridade nas universidades, ao invés de tentar impor uma difícil e talvez utópica interdisciplinaridade.

Talvez um exemplo revele com mais clareza o que pretendo dizer com estas palavras. Vejo como muito possível um tratamento multidisciplinar do tema violência contra as mulheres. Cada cientista trabalharia paralelamente aos demais: na história haveria um revolver dos documentos, manuscritos ou impressos, à procura das formas de violência física, verbal, psicológica, detectáveis nas sociedades do passado; na antropologia estabelecer-se-iam comparações entre as formas de violência nos vários grupos étnicos e nas várias culturas actualmente existentes; a sociologia faria estudos pontuais abrangendo os vários grupos sociais e também o meio rural e o urbano; a linguística examinaria na linguagem do quotidiano como é que essa violência se verbaliza; a história da literatura passaria em revista as formas literárias da violência na ficção. E assim por diante em todas as áreas das ciências sociais e humanas, sem esquecer a medicina, a psiquiatria e incluindo também a biologia.

Mas num projecto multidisciplinar como este, e aqui se situa o ponto que pretendo sublinhar, cada cientista trabalharia com a sua metodologia própria e a tradutibilidade dos diversos discursos científicos dependeria em grande parte do maior ou menor grau de sofisticação e de esoterismo da linguagem científica utilizada. Ou seja, é preciso saber em que medida a conceptualização utilizada seria fácil ou dificilmente apreendida pelos cientistas das demais áreas. Todos nós sabemos que a história é a ciência cuja linguagem científica se aproxima mais da linguagem comum e que a linguística pelo contrário tem que "traduzir" constantemente os conceitos que está utilizando para que os outros cientistas possam entender suas análises. O problema maior de uma investigação multidisciplinar é portanto o da tradutibilidade dos conceitos utilizados nas áreas científicas participantes, mas pelo menos numa pesquisa como esta não se exige utopicamente que cada pesquisador abandone a sua metodologia e a sua linguagem próprias para as substituir por um caldo metodológico e conceptual interdisciplinar que até agora os *estudos sobre as mulheres* não souberam definir.

Creio que o que deve caracterizar os *estudos sobre as mulheres* neste final dos anos 90 deve ser a substituição de uma interdisciplinaridade de combate, própria dos anos 70, por uma multidisciplinaridade viável e academicamente aceitável em termos científicos. É o abandono decidido de uma terra de ninguém para o campo científico de cada pesquisador. Esta substituição da interdisciplinaridade pela multidisciplinaridade de modo algum retira força e solidez aos estudos sobre as mulheres; pelo contrário, permite a elaboração de pesquisas conjuntas mais sólidas e portanto dotadas de maior impacto nas várias áreas científicas.

Mas mesmo esta multidisciplinaridade é difícil de implantar no sistema universitário europeu, a não ser em centros de pesquisa situados um pouco à margem da estrutura universitária no que se refere a verbas para manutenção, ficando quase sempre dependentes de agências financiadoras externas. Introduzir os *estudos sobre as mulheres* na graduação, e até na pós-graduação, é empresa árdua

perante campos científicos que defendem a sua especificidade e no interior de uma estrutura universitária demasiado rígida. Seria contudo fácil criar, pelo menos em uma faculdade de ciências sociais e humanas, uma disciplina optativa com essa designação que seria ministrada por professores dos vários departamentos e frequentada pelos alunos das diferentes áreas. Esta proposta nada tem de utópica, mesmo numa estrutura extremamente burocratizada como é a portuguesa. Sendo uma disciplina como esta oferecida aos estudantes, estes iriam a pouco e pouco sentindo que ela simplesmente conjuga pesquisas realizadas nos vários domínios das ciências e nada tem que ver com os redutos feministas das ONG ou com uma política de intervenção a favor das mulheres.

Interdisciplinaridade e multidisciplinaridade têm objectivos distintos e portanto não significam a mesma coisa. Uma tem que ver com uma certa simbiose metodológica; a outra com a tradutibilidade das linguagens científicas. Nos estudos multidisciplinares cada área científica não perde a sua especificidade mas faz um esforço para ser entendida pelas demais, esforço este que será tanto mais bem sucedido quanto a criação conceptual estiver mais ligada aos conceitos do senso comum.

Um apontamento final. Há quem pense dever substituir-se o composto *estudos sobre as mulheres* por outro que se pretende mais conceptual, *estudos de género*, mas esta mudança significa simplesmente o desejo de hegemonia de algumas ciências humanas sobre as demais. Se em algumas este conceito criado foi e continua a ser útil, para outras é totalmente supérfluo, como em demografia ou em antropologia física, por exemplo. Aliás, em história das mulheres o conceito de género é constantemente utilizado na prática sem que os historiadores percam tempo com a sua análise ou o coloquem em evidência nos seus estudos.

É certo que existe desde 1989 uma revista especializada denominada *Gender & History* que se propunha, no seu número inicial, "iluminar o modo como as sociedades foram formadas pelas relações de poder entre homens e mulheres". Ora a escrita historiográfica, tal como ela é praticada por historiadores de profissão e não por feministas que simplesmente usam o passado como instrumento para o presente, sempre foi relacional, sem precisar do conceito de género para nada.

Concluindo, os *estudos sobre as mulheres* devem ser multidisciplinares e não interdisciplinares; não devem algumas ciências, como a sociologia ou a psicologia, dominar o campo epistemológico e sim cada ciência deve abordar a problemática das mulheres com a sua metodologia própria e os conceitos que forjou; as pesquisas correm paralelas, não se exigindo uma convergência forçada que por vezes não passa de uma atitude hegemónica disfarçada; para que os *estudos sobre as mulheres* consigam vencer a dura muralha das instituições académicas europeias, e sobretudo das portuguesas, é preciso que eles sejam preparados no interior de cada área científica pois só assim uma universidade e o público estudantil em geral estarão preparados para aceitar os estudos multidisciplinares.